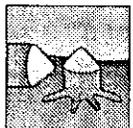


152
244
4468
PARQUE FLORESTAL DE NONOAI I

Índios brigam pela terra na Justiça



□ Área de 25 mil hectares foi tomada pelo Estado há 46 anos e vem sendo usada pelos brancos. Se vencerem, terão direito à posse de um verdadeiro santuário ecológico

CARLOS WAGNER

Enviado Especial ZH

Os índios de Nonoai querem a sua terra de volta. O procurador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Derli Cardoso Fiuza, entrou na Justiça Federal de Passo Fundo requerendo a posse de 25 mil hectares de terras dos índios caingangues que o Estado tomou posse em 1945. Nesta gleba hoje existe o Parque Florestal Estadual de Nonoai, tido como um dos santuários ecológicos gaúchos, várias propriedades rurais em Nonoai e Planalto e partes da zona urbana destas duas cidades. Esta é a primeira de uma série de ações judiciais que deverão acontecer nos próximos meses, onde os índios estarão reivindicando a posse de cerca de 50 mil hectares de suas terras tomadas pelos brancos nos últimos anos.

O procurador Fiuza entrou na Justiça porque a Constituição Federal determina que as terras indígenas sejam demarcadas. O processo tem 300 páginas, e conta toda a história da perda das terras indígenas. Em 1945 as terras dos índios eram administradas pelo Estado. "Isto não dava direito ao Estado de ficar com a terra", afirmou. A Reserva Indígena de Nonoai foi demarcada em 1911. Na época tinha 39.980 hectares. Em 1945 o então governador do Estado, Walter Jobim, do antigo PSD, tomou posse de 25.070 hectares desta área, e criou o Parque Florestal Estadual de Nonoai. Em 1962 o governador do Estado Leonel Brizola, do velho PTB, legalizou a posse de colonos que ocupavam ilegalmente 5.072 hectares do parque, que ficou reduzido a 19.998 hectares. E a reserva a 14.910 hectares.

Naqueles tempos as seis áreas indígenas que existiam no território gaúcho somavam em torno de 120 mil hectares. Estas glebas foram reduzi-

das a pouco mais de 50 mil hectares, no restante o Governo do Estado fez colonizações, ergueu aeroportos e criou estações experimentais agrícolas e o Parque de Nonoai. Durante a realização da Constituição Estadual houve uma tentativa dos deputados de regularizar a posse do Estado destas terras. O procurador da República em Porto Alegre, Renato Mattei, conseguiu derrubar a intenção dos parlamentares.

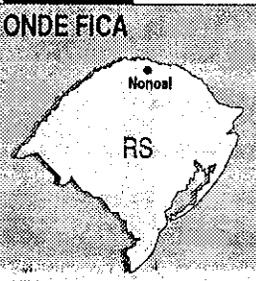
JUSTIÇA — A área de Nonoai é a primeira. O que acontecer servirá de escola para as próximas ações judiciais. O juiz federal de Passo Fundo, Nilson Abreu Paim, acatou a causa da Funai. As chances de ganhar a causa são boas para o lado dos índios. "A coisa não vai ser tão fácil assim", alertou o procurador geral adjunto do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos do Amaral Torres.

Ele descreveu a situação como muito "delicada" porque envolve questões sociais, econômicas, ecológicas e históricas. "Ninguém quer prejudicar o direito dos indígenas. Mas, numa situação destas, precisamos ter calma para saber os caminhos que tomaremos", falou o procurador.

Da entrega desta intimação até a decisão do Judiciário normalmente é um longo caminho. Neste caso pode não ser, porque no próximo ano acontece a Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente (Eco 92) no Rio de Janeiro. A demarcação das terras indígenas vai ser um dos temas. Há algumas semanas o presidente da República, Fernando Collor de Mello (PRN), esteve no Estado oficializando a demarcação de reservas. É por estas coisas que as autoridades municipais de Nonoai e Planalto estão viajando a Brasília e Porto Alegre tentando resolver o problema de maneira política.



A reserva: 25 mil hectares de um verdadeiro tesouro ecológico



Salles mata o inimigo. Depois, come o coração

Há cinco anos, aconteceu um caso de canibalismo entre os índios gaúchos mantido então sob certo sigilo pelos técnicos da Funai. O índio Faustino Salles matou um indígena de Nonoai, cortou as pernas e os braços e comeu o coração.

Ele ficou preso durante cinco anos. E o seu caso é apontado como exemplo de desagregação cultural, um dos motivos alegados pelos brancos para que eles não tomem posse do Parque Florestal. A desagregação foi trazida pela dominação do branco. Segundo o delegado da Funai de Passo Fundo, Lourivaldo Veloso, este é o primeiro caso de canibalismo na história moderna gaúcha que se tem notícia.

Faustino Salles foi solto recentemente, porque os antropólogos da Funai conseguiram provar na Justiça que se tratava de um ritual indígena. Ele acreditava que comendo o inimigo ficaria com suas virtudes. Depois de ser solto, ele estuprou uma filha e outra garotinha.

ESTRAGO — Depois disto ele fugiu da reserva. Segundo Rodrigo Venzon, coordenador da Anai, Faustino é considerado um renegado na sua tribo. As crenças indígenas dizem que só a magia de uma índia velha, que vivia em Nonoai, poderia curá-lo. Esta índia morreu

atropelada no mês passado. O caso do Faustino é tratado de maneira muito discreta pelos técnicos da Funai e o pessoal da Anai.

Faustino Salles vive agora com um grupo de 40 índios acampados atrás da Estação Rodoviária de Passo Fundo. Ele é tido pelos seus companheiros como uma pessoa nervosa, principalmente quando bebe. Falando de maneira rápida, diz que jamais voltará para a reserva, porque lá só há miséria. Exige que todos que falem com ele assinem seu nome em um caderno e reclama muito da falta de apoio da Funai aos índios. Há pouco tempo, foi para as rádios de Passo Fundo e acusou os funcionários da Funai de negligenciar os interesses dos indígenas. Ele que não tem mais que 40 anos é hoje uma espécie de síntese do estrago que causou à cultura indígena o contato com o branco. Fala misturando conceitos indígenas com leis dos brancos. E talvez seja o último elo de ligação entre o que restou dos antigos costumes indígenas com o dia-a-dia destes hoje, povoados de valores dos brancos.

A imensidão do parque esconde exemplares raros da fauna

Os madeireiros clandestinos não são os únicos que rondam o Parque de Nonoai. Há os caçadores também. "Gente muito perigosa", garante o administrador Rossato. A fauna é considerada rica. Lá existem os últimos exemplares de porco do mato, uma caça muito cobiçada pelos colonos que vivem ao redor dos 105 quilômetros de diâmetro do parque. Os pássaros são um capítulo à parte. Ainda é possível encontrar lá a gralha-piscina. "Ela funciona como uma guarda florestal. Toda a vez que grita tem caçador nas redondezas", afirma Daniel Oliveira, um dos 11 guardas que "existem" para garantir esta imensa área. Além de serem poucos eles enfrentam problemas de falta de

equipamentos. "Toda a caça hoje se refugia no parque", fala apontando o dedo encardido em direção às matas do índio Mariano. "Os índios destruíram tudo na reserva. Até a taquara para fazer os cestos eles precisam buscar no parque", reclama o administrador Rossato. "Não foram só os índios que destruíram as matas da área. O branco ajudou", acusa o cacique José Orício do Nascimento, o Zé Lopes, como é conhecido dos 2.600 índios que vivem na reserva. Ele tem como certo o direito dos índios nas terras que os procuradores da Funai estão reivindicando. "Precisamos dela para conseguir sobreviver", afirma. Ele hoje faz parte do Conselho dos Cari-

ques do Rio Grande do Sul, uma entidade criada com o objetivo de reaver as terras indígenas tomadas pelo Governo do Estado. Esta entidade tem muita força entre as tribos gaúchas.

MISÉRIA — A exuberância do parque contrasta com a miséria da reserva. Nisto todos os envolvidos no problema concordam. A reserva tem 14.910 hectares que já foram cobertos de matas. Nos anos 60 era comum os funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) arrendar terras dos caingangues para os colonos. "Foi o período do maior desmatamento". Posteriormente, o SPI foi substituído pela Funai, mas

os arrendamentos continuaram. Em 1978 havia 1.500 famílias de brancos na reserva de Nonoai. "Eles eram os maiores produtores de milho e soja do Município", lastimou-se o prefeito Barros. Foi nesta época que o então cacique Nelson Xangrê revoltou-se e expulsou os brancos a tiros e pauladas da reserva. Mas o estrago nas florestas já estava feito.

Além da destruição das florestas da reserva, restou uma enorme desagregação cultural entre os caingangues, que não conseguem sobreviver sem o dinheiro dos brancos que arrendavam suas terras. E voltam-se para a venda de madeira e lenha para garantir o pão de cada dia. Anai hoje a única saída que temos para

alimentar os índios é a venda de lenha", admitiu na cidade catarinense de Chapecó o delegado da Funai, Sebastião Aparecido. Vender lenha tirada de mata nativa é crime. Recentemente, Aparecido e o ex-chefe do posto da Funai de Nonoai, Lídio Della Beta, foram processados pelo procurador da República, Renato Mattei, por estarem envolvidos na venda ilegal de lenha e madeira da área indígena. Dentro deste contexto entregar o parque para os índios administrar é favorecer os madeireiros. "Não creio que as matas durem mais de dois anos. Logo existirão centenas de garimpos clandestinos. Isto não pode acontecer", diz o administrador do parque.

ECOLOGIA

O velho Joaquim sonha outra vez

Talvez os brancos tenham razão em afirmar que os índios destruirão tudo no parque em menos de dois anos, caso a Justiça decida que eles são os proprietários. "Se o índio morre de fome, o mato também tem que morrer. Um não pode viver sem o outro", acha o indígena Joaquim Mariano, de 91 anos. Lembrou a época que chegou em Nonoai, vindo dos lados dos castelhanos com seus pais: "Isto tudo aqui era mato. Tinha peixe nos rios e os índios viviam em paz". Ele acredita que os brancos trouxeram as doenças e a miséria para os índios. Entre os índios mais velhos a idéia de retomar o parque é cultivada como se fosse uma espécie de "volta aos bons tempos".

Há tempos os índios vêm acalorando este sonho. "O que os brancos fazem para nós é pura injustiça. Eu presenciei a morte de três índios baleados por estarem caçando dentro do parque", conta o indígena Mariano. O administrador do parque nega estas mortes. A esposa de Mariano, Paulina, é uma pessoa discreta. Sobre o parque, limita-se a repetir: "Ele é nosso". As indígenas são discretas com estranhos. Geralmente só falam se houver um homem da tribo junto. A índia Doralina Crespa, 77 anos, é uma exceção. Ela viveu uns tempos numa vila popular de Passo Fundo. Disse que a sua casa está caindo aos pedaços e que a comida é curta. O parque para ela significa um telhado novo no seu casebre e mais comida na mesa.

Entre os jovens indígenas a idéia de ter o parque de volta vem ganhando força. "Os velhos perderam a terra, nós temos que recuperá-la", discursou o índio João da Silva, 18 anos. Ele lembrou um problema muito sério hoje nas reservas, em especial Nonoai: a convivência entre tribos inimigas.

INIMIGOS — A convivência entre tribos inimigas na mesma área foi feita nos anos 60, quando o Governo



Foto Silvio Avila/Z11

Joaquim: "Se o índio morre de fome, o mato também tem que morrer"

do Estado extinguiu diversas reservas indígenas. O cacique de Nonoai, Zé Lopes, por exemplo, pertencia à Reserva Indígena de Serrinha, que ficava nos arredores da cidade de Ronda Alta. Ela foi extinta. E hoje uma parte dos problemas internos enfrentados por Zé Lopes na tribo pode ser creditada à sua origem. Recentemente ele se desentendeu com o ex-cacique Valram Cassemiro da Silva. Os seguidores de Valram não aceitam a liderança de Zé Lopes porque ele é da Serrinha. Os brancos têm sabido tirar proveito destas brigas. E com isto conseguem comprar madei-

ra nobre e lenha ilegalmente dos índios.

Este esquema tornaria o parque uma terra de ninguém, assim que os índios tomassem posse. "O parque tem ser preservado a qualquer custo", posicionou-se o ecologista Paulo Fernando de Oliveira Cornélio, coordenador do Sentinela dos Pampas, um grupo de preservacionistas de Passo Fundo. Ele diz que nesta semana aconteceu um debate entre universitários na cidade a respeito da reivindicação da Funai da área indígena.

No debate o pessoal do Sentinela

defendeu o direito dos índios à terra, mas que entregar a terra a eles, no atual contexto, é presentear os madeireiros e garimpeiros clandestinos. O mesmo ponto de vista é defendido pelo ecologista Carlos Aveline, da União de Proteção ao Ambiente Natural (UPAN) de São Leopoldo. A atual política indigenista brasileira conduz os índios ao extermínio. Mesmo um benefício, como a retomada das áreas, acaba favorecendo gente que não tem nada a ver com os índios. Esta é a dura realidade. E por isto o temor a respeito do destino do Parque de Nonoai.

Precedentes animam os caingangues

As chances dos índios de Nonoai ganharem na Justiça as suas terras de volta são boas. Há precedentes. Em 1984, em um lugarejo chamado de Colônia Trentim, no interior da cidade catarinense de Chapecó, uma tribo de índios caingangues guerreou com os colonos durante quatro anos para reaver a área, que eles chamavam de Chimbague. Este lugarejo fica a 80 quilômetros ao norte de Nonoai. Esta luta teve repercussão internacional.

A guerra começou em uma fria manhã de agosto. Na ocasião, o bispo de Chapecó, dom José Mes, conhecido como Bispo Ambrósio, fez um duro discurso contra a usurpação das terras indígenas. O discurso repercutiu. Ele foi acusado de liderar a revolta indígena pelo então governador catarinense Espiridião Amin (PDS). Esta situação começou a ser criada nos anos 50. Na época, a empresa colonizadora Lúcia Rosa comprou do governo de Santa Catarina a área do Chimbague, que era de 1.500 hectares. Levaram várias famílias de colonos da cidade gaúcha de Guaporé para colonizar a gleba. Mesmo expulsos, os índios nunca saíram da área. Ficaram por mais de 30 anos vivendo na beira dos matos, trabalhando como diaristas para os camponeses.

A vida dos índios era miserável. Morriam crianças diariamente de desnutrição. Isto tornou o confronto entre os índios e os colonos sangrento. O cacique Clemente Fortes chefieou os índios. O governo catarinense precisou colocar um enorme efetivo para evitar mortes de lado a lado. A Justiça entendeu que os índios tinham direito à área. Colonos foram despejados e indizados. Os indígenas tomaram conta. São histórias com esta que animam os índios de Nonoai que estão lutando para reaver suas terras.



Tesouro: Rossato mostra uma pedra das áreas livres do local

Brancos temem pelo futuro da área

Os brancos não querem que os índios tomem posse do Parque Florestal Estadual de Nonoai porque eles irão destruir tudo. Os procuradores da Fundação Nacional do Índio (Funai) estão requerendo na Justiça Federal a posse desta área, que o Estado se apropriou em 1945. A maior alegação para impedir que os indígenas tomem a área é que eles irão destruir um patrimônio ecológico dos gaúchos, trocando por garrafas de cachapa. Através dos tempos as florestas gaúchas sustentaram as civilizações indígenas que dominavam o território até o branco chegar nos anos 1600. Matas e índios foram dizimados pelos colonizadores.

O que restou dos matos está nos parques, e dos índios, nas reservas. No entendimento dos estudiosos, índios e florestas sempre andaram juntos. É por isto que este processo promete ser um dos mais ruidosos da história jurídica gaúcha. Talvez um dos primeiros onde o direito dos índios às matas vai ser questionado. "O Parque é considerado um santuário ecológico. Alguns funcionários corruptos da Funai o destruiriam", lastimou o prefeito de Nonoai, Adonís Luiz de Barros (PDT). "Os nossos troncos velhos eram os donos dos matos: Eles nos pertencem?", falou o

índio Joaquim Mariano, de 91 anos, casado com Paulina, de 81 anos. "Entendemos que os índios têm direito. E que ele foi aculturado a ponto de destruir todo este patrimônio que precisa ser preservado. A questão é delicada e complicada", comentou o ecologista Celso Marques, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (Agapan), a principal entidade preservacionista do Estado. "O direito indígena é líquido e certo. Os brancos estão procurando desculpas para continuar usurpando o patrimônio caingangue", posicionou-se Rodrigo Venzon, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI).

PATRIMÔNIO — Nesta polêmica questão, está em jogo um patrimônio fabuloso, observou o diretor-geral do parque, Ariel Francisco dos Santos Rossato. Ele não está exagerando. A começar que dos 19.998 hectares da gleba, 10 mil possuem talvez uma das ricas lavras de pedras preciosas do Brasil. A poucos quilômetros dali existe a comunidade de garimpeiros de São Gabriel, um distrito da cidade de Planalto. Considerado o melhor garimpo do Brasil em pedras preciosas, a lavra do parque:

são bem melhores que as de São Gabriel, informou o secretário-geral da administração da prefeitura de Planalto, Luiz Scaravonato.

As pedras preciosas são a parte menor do patrimônio do parque. Uma fortuna de valor incalculável são as 150 mil árvores de madeira nobre que existem lá. "Talvez tenhamos aqui espécies já extintas em outras partes do Estado, como o cambóini", disse Rossato. Há umas 30 mil araucárias, árvore muito cobiçada pelos madeireiros. Em 1984 um vendaval derrubou 986 araucárias, segundo registro no livro *Santuários Ecológicos*, do jornalista Juarez Tosi. A derrubada destas araucárias serviu de desculpa para a entrada de madeireiros na área para aproveitar o que restou destas árvores. Na verdade eles acabaram abatendo outras, como ficou registrado nas delegacias de polícia da região. "Isto mostra que não dá para cochilar", comentou o comerciante de Planalto, Hélio Molinari. Naquela região as árvores do parque são as únicas madeiras que restaram, em uma vasta e rica floresta que existiu ali até o começo deste século, quando a região foi colonizada por camponeses que saíram das chamadas colônias velhas, Guaporé, Casias do Sul e Santa Cruz do Sul.

Amanhã (final): Caingangues querem recuperar suas terras

ECOLOGIA

RIO GRAVATAÍ

Não há mais peixes nem encantos



□ Uma pasta escura e malcheirosa cobre a superfície da água, também tomada por lixo, embalagens plásticas vazias e ainda dejetos de indústrias. O rio se transformou mesmo numa imensa latrina



Gravatá: comitiva comprovou a poluição do rio



Dejetos: todo o tipo de sujeira toma conta do Gravatá

GILBERTO JASPER JR.

Editoria Local/ZH

Grças às idas e vindas dos barcos, principalmente as chatas que transportam areia do Rio Jacuí, o Rio Gravataí ainda não se transformou num imenso buraco cheio de lodo malcheiroso. A comparação é do comandante Igo João Kopplin, piloto do barco Doce Paixão, que ontem levou o prefeito de Cachoeirinha, Gilson Nunes, e diversas autoridades num passeio ecológico. A iniciativa integrou o programa comemorativo aos 25 anos de emancipação do Município. Enquanto o barco deslizava pelo rio, um grupo de estudantes, com bicicletas especialmente enfeitadas para a festa, passearam pela cidade, com cartazes alusivos à ecologia.

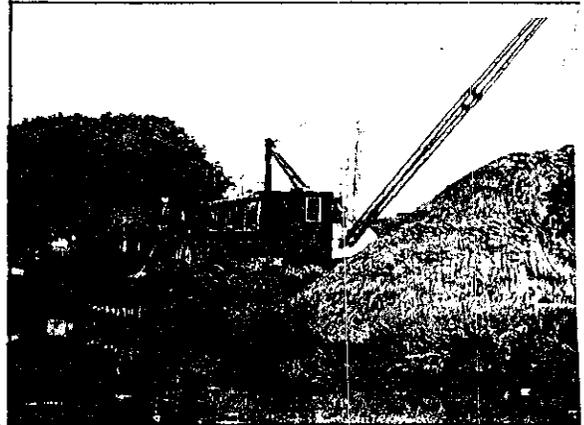
O passeio foi rápido, mas serviu para ratificar a certeza de que o Gravatá está moribundo. Transformado numa imensa latrina, o rio vai perdendo seus peixes e encantos. Em seu lugar, uma pasta escura e malcheirosa cobre suas águas, enfeitadas por embalagens de plástico, lata e isopor, além de espumas suspeitas e estrume animal e humano.

Subindo a BR 290 (a *freeway*), em direção ao Arroio Feijó, uma densa espuma branca cobre mais da metade do leito do Gravatá. "O pessoal acha que é poluição, mas é apenas a espuma de detergente utilizado para lavagem da caldeira de uma indústria de oxigênio", minimiza um dos convidados. A espuma, resultado da limpeza, permanece flutuando sobre a água, confirmando sua capacidade de resistência, pois é composta de resíduos de detergente não biodegradável. É um risco permanente à vida da fauna aquática do Gravatá.

SEM FUTURO — Os pescadores encontrados ao longo do passeio tem um traço em comum: todos estão com suas fiéis vazias. Sequer um minguado tamburi é capturado para recordação ou para enfeite. Os canhões e linhas de náilon pendem sobre a inundície do rio, num exercício de teimosia que já faz parte da vida de dezenas de moradores. Alguns apenas mantêm uma tradição familiar de várias gerações, mas certamente a paciência de seus filhos e netos será minada pela agonia do Gravatá.

O entulho jogado impunemente

na água forma ilhas disformes ao longo de todo o leito. Garrafas plásticas de álcool e vinagre, latas, potes de iogurte, sacos plásticos, absorventes femininos, algodão contaminado, gaze suja de sangue e papelão de todos os tamanhos sufocam pequenas árvores que resistem junto às margens. O prefeito Gilson Nunes, num gesto simbólico e mundo de uma rede, retirou uma garrafa plástica da água. Apesar da boa vontade, poucas ações concretas e eficientes vêm sendo implementadas pelos órgãos públicos. À exceção da persistência dos ecologistas, há poucas esperanças. O estardalhaço que marca o lançamento da maioria dos programas e projetos oficiais quase sempre perde fôlego para a demagogia e o imediatismo.



Margens: suscetível à ação de várias fontes de despejos

A poluição vem de diversas fontes

O bombardeio que contamina o Rio Gravatá é intenso, diário e permanente. Não é preciso andar muito para visualizar agressões que só não acabaram com a vida graças à força da natureza.

Na divisa de Cachoeirinha com Gravatá começa a agonia. Todo o esgoto cloacal e industrial é despejado sem cerimônias ou tratamento. Pouco mais adiante, onde o Arroio Passo do Feijó desemboca, o Gravatá recebe nova carga de imundície, "importada" das cidades de Alvorada e Porto Alegre. Em outro extremo, perto do Clube Albatroz, é a vez dos dejetos da Zona Norte da Capital somar-se à lama malcheirosa do Gravatá, numa mistura perigosa.

O presidente da Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravatá, Paulo Roberto Müller, lamenta a situação do rio. E adverte: "É preciso fazer alguma coisa. Concreta e rápida!". Além dos esgotos e do lixo, é possível vislumbrar, entre macegas e árvores afetadas pela poluição, equipamentos de irrigação

que servem às plantações de arroz que margeiam a *freeway*.

No bairro Olaria, outra aberração: o ponto de captação de água da Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan) se localiza perto de uma área repleta de casebres. A dez metros estão instaladas uma latrina (ou "capunga") e uma pocilga com alguns porcos. "E pensar que a gente bebe dessa água...", pensou em voz alta um vereador de Cachoeirinha, durante o passeio no barco Doce Paixão, ontem pela manhã.

MELECA — Diante do espanto dos convidados, o comandante Igo João Kopplin não perdeu a calma: "Grças à chuva dos últimos dias, o rio está limpo. Precisava ver quando deu aquela seca braba do mês passado. Parecia uma patente, de tanta imundície que boiava...", recorda. Mão no timão, pé na embreagem e olhos atentos no horizonte, o comandante Kopplin doma o motor de 130 HPs, desviando de volta de tempo, a uma transportando areia e outros materiais, ilhas que são dribladas com experien-

cia e destreza.

Há muitos anos, o Rio Gravatá chegou a ter seis metros de profundidade. Hoje, a média é pouco superior, a três metros, "e isso graças ao vai-vem dos barcos, que mexem toda essa meleca que virou a água", adverte. O secretário municipal de Planejamento, Paulo Hristonof, admite os problemas. Revela que ao integrar o Comitê Vale do Gravatá, a prefeitura de Cachoeirinha pretende agilizar a implantação de uma barragem na nascente do rio. "Com a obra poderemos manter o nível d'água, mesmo durante a seca", explica Hristonof. Isso permitiria o escoamento dos dejetos, mas não evitaria seu despejo.

Outra idéia é conseguir recursos para a instalação da estação de tratamento de esgoto em conjunto com a Corsan. Apesar da importância social do projeto, os custos certamente serão citados como impecilhos para sua construção. Abundante nos rios Gravatá e Jacuí, a exemplo da maioria dos rios gaúchos,

Fotos Paulo Franken/ZH